



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Mobilidade
e Desenvolvimento Regional
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 25 N. 06
Junho de 2016

Avanços e recuos no mercado de trabalho na RMPA

O desempenho negativo do mercado de trabalho em 2015 interrompeu uma longa trajetória de avanços: redução do desemprego, aumento do rendimento médio real e redução das desigualdades de renda do trabalho.

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), a taxa de desemprego reduziu-se de 15,9% em 2004 para 5,9% em 2014, voltando a subir, em 2015, para 8,7% da População Economicamente Ativa (PEA). Já o rendimento médio real dos ocupados cresceu 21,5% de 2004 a 2014 e reduziu-se 7,5% em 2015. Ao analisar o comportamento do rendimento médio real dos ocupados por escolaridade, percebe-se que os indivíduos com menor nível de instrução foram os mais beneficiados com o ciclo de recuperação da renda iniciado em 2004 (Gráfico). Entre 2004 e 2014, os indivíduos com o ensino fundamental incompleto tiveram aumento de 35,6%, e aqueles com o ensino fundamental completo, de 19,6%, enquanto os trabalhadores com o ensino médio completo e ensino superior registraram crescimento de 9,1% e 1,1% respectivamente.

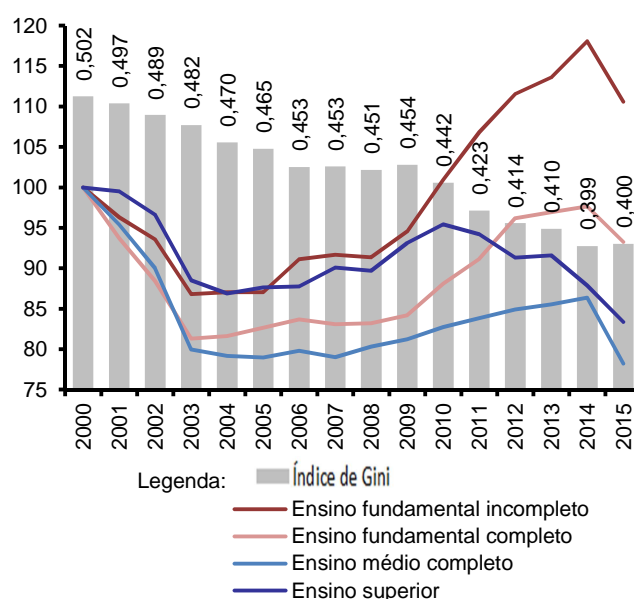
Essa recuperação dos rendimentos médios, sobretudo entre aqueles que estão na base da estrutura salarial, parece ter sido influenciada, em grande medida, pela valorização do salário mínimo, cujo crescimento real foi de 60,2%, no mesmo período, mas também pelo padrão de crescimento da economia brasileira, baseado no consumo das famílias, ampliado pelo crédito e pela política de transferência de renda em um cenário externo favorável. O economista polonês Michael Kalecki, com base na Teoria da Dinâmica Econômica, demonstrou que a distribuição da renda a favor dos trabalhadores (principalmente daqueles que possuem os menores salários e, conseqüentemente, maior propensão ao consumo) possui efeito positivo sobre a demanda agregada, a produção e o emprego. Nesse sentido, o desempenho favorável do mercado de trabalho brasileiro, nesse período, refletiu, em alguma medida, essa dinâmica, formando um ciclo econômico virtuoso com avanços sociais. Contudo esse processo foi interrompido, em 2015, frente ao aumento do desemprego e à queda da renda.

Destaca-se que o fato de a recuperação do rendimento médio, de 2004 a 2014, ter sido mais intensa entre os menos escolarizados, que também são os que recebem os menores salários, proporcionou uma melhora nos indicadores de desigualdade de renda do trabalho na RMPA. Em 2004, o rendimento médio real de um trabalhador com o ensino fundamental incompleto correspondia a 24,5% do rendimento de outro, com ensino superior, tendo registrado sucessivos aumentos, até atingir 32,9% em 2014, valor que foi levemente reduzido para 32,4% em 2015. Aqueles com o ensino fundamental completo recebiam o equivalente a 28,4% do rendimento do trabalhador com o ensino superior em 2004, tendo aumentado para 33,6% em 2014 e 33,8% em 2015. O

Índice de Gini (que calcula a desigualdade de renda) para o rendimento-hora dos ocupados na RMPA apresentou tendência de declínio, exceto em 2009, quando se observou uma pequena elevação. O Índice de Gini, que era de 0,470 em 2004, reduziu-se para 0,399 em 2014 e manteve-se relativamente estável em 0,400 no último ano. Observa-se que a retração do rendimento médio real, em 2015, ocorreu em todos os níveis de escolaridade, sendo de 6,3% para ensino fundamental incompleto, 4,5% para ensino fundamental completo, 9,4% para ensino médio completo e 5,1% para ensino superior completo.

Em síntese, o desempenho favorável do mercado de trabalho na RMPA, ao longo desses 11 anos, refletiu e, ao mesmo tempo, retroalimentou a dinâmica econômica do Brasil entre 2004 e 2014, da mesma forma que o desempenho negativo de 2015 foi condicionado pelo ambiente de recessão econômica frente à retração de 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (IBGE) e de 3,4% do PIB do Rio Grande do Sul (FEE). Já a redução das desigualdades de renda do trabalho deveu-se ao efeito da valorização do salário mínimo sobre a base da estrutura salarial e ao fato de o aumento do rendimento médio real ter sido mais intenso entre os menos escolarizados, até 2014.

Índice do rendimento médio real dos ocupados, segundo a escolaridade e Índice de Gini, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-15



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, Seade, Dieese e apoio MTPS/FAT.

NOTA: Base 100 = 2000.

Iracema Castelo Branco | iracema@fee.tche.br
Pesquisadora em Economia da FEE

Indústria de fumo gaúcha tem desempenho positivo no primeiro trimestre

Com um crescimento de 136,2% em fevereiro e de 21,7% em março, a fabricação de produtos do fumo é um dos poucos destaques positivos da indústria gaúcha no primeiro trimestre de 2016, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse período, foram criados 8.049 novos postos de trabalho com carteira assinada, o que representa um crescimento de 0,5%, ou 44 postos, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (ver tabela). Essa pequena elevação é resultado de um aumento significativo do emprego em fevereiro. Os empregos concentram-se em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, que são os dois municípios onde se situa o maior número de empresas do ramo.

Esse resultado chama mais atenção se for levado em conta o fraco desempenho da lavoura de fumo no RS. De acordo com o último Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE, em abril de 2016, a quantidade produzida de fumo no Estado sofreu uma retração de 21,3% devido a condições climáticas adversas, tais como o excesso de chuvas e a ocorrência de granizo nos meses de setembro e outubro de 2015. Embora menor, a produção não teve sua qualidade afetada segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra).

No Brasil, embora o crescimento da produção de fumo tenha sido superior ao do RS, o saldo de admitidos e desligados ficou praticamente estagnado. Quanto ao estoque de empregos no setor em março, este apresentou, no RS, variação negativa de 0,9% em comparação a março de 2015. O estoque anual tem caído desde 2013, no RS, acompanhando a queda da produção industrial, sendo que o mesmo pode ser observado no Brasil, desde 2012. Em março de 2016, a indústria de fumo gaúcha representava mais da metade da nacional no tocante à quantidade de trabalhadores com carteira assinada. O movimento do emprego nesse segmento tem caráter sazonal, apresentando saldo positivo no período de janeiro a maio e negativo no resto do ano. Tradicional-

mente, o pico das contratações ocorre no mês de março, momento em que a colheita do fumo é encerrada e se inicia sua comercialização para a indústria. De acordo com a Afubra, aproximadamente 86% do que é produzido têm como destino o mercado externo, principalmente União Europeia, China, Estados Unidos e Rússia. Vietnã, Polônia e Paraguai são os destinos com maior crescimento absoluto das exportações gaúchas desde 2007.

O volume exportado no primeiro trimestre cresceu 2,1%, mais uma vez impulsionado pelo desempenho excelente do mês de fevereiro (aumento de 33,4%), que compensou as quedas de janeiro e março. Já o valor sofreu queda de 9,2%, decorrente da redução nos preços médios. As exportações somaram 73,7 mil toneladas em volume e US\$ 287,0 milhões em valor. O fumo não manufaturado e os desperdícios do fumo, de menor valor agregado, são responsáveis por mais de 90% do volume total embarcado no Rio Grande do Sul.

Apesar dos números positivos verificados no início do ano, a perspectiva para a indústria fumageira é de desaceleração nos próximos trimestres. Em fevereiro de 2016, a Souza Cruz confirmou a decisão de desativar a unidade de produção de cigarros situada em Cachoeirinha, o que deve motivar a perda de pelo menos 190 empregos diretos. Além da crise econômica, que afeta praticamente todos os setores produtivos no País, existe uma tendência histórica de redução da atividade. Desde 2002, início da série do IBGE, até 2015, a produção industrial de fumo caiu 34,5% no Estado. A restrição cada vez maior de locais para o consumo, a conscientização da população a respeito dos malefícios causados pelo cigarro, tanto no Brasil como nos Estados Unidos e na União Europeia, o aumento de tributos e da concorrência desleal com produtos contrabandeados no mercado doméstico são alguns dos fatores comumente referidos para explicar esse movimento.

Emprego formal, produção e exportações da indústria de fumo no Rio Grande do Sul — 1.º trim./13-1.º trim./16

PERÍODO	EMPREGO FORMAL CELETISTA		VARIÇÃO % DA PRODUÇÃO (1)	EXPORTAÇÕES	
	Saldo	Estoque		Valor (US\$ FOB)	Volume (kg)
Mar./16	4.130	13.884	21,7	107.802.070	31.120.834
Fev./16	3.041	9.754	136,2	120.495.906	28.338.193
Jan./16	878	6.713	0,2	58.711.804	14.247.247
Mar./15	4.788	14.010	-4,0	115.265.285	31.833.140
Fev./15	1.964	9.222	-59,1	109.188.023	21.237.678
Jan./15	1.253	7.258	25,9	91.610.513	19.096.046
1.º trim./16	8.049	13.884	27,5	287.009.780	73.706.274
1.º trim./15	8.005	14.010	-10,5	316.063.821	72.166.864
1.º trim./14	7.823	14.319	-2,5	224.768.928	47.472.722
1.º trim./13	9.311	16.040	-39,4	288.867.736	72.887.769

FONTE: IBGE/Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF).
MDIC/Sistema Aliceweb.
RAIS.
Caged.

(1) Variação percentual em relação ao mesmo período do ano anterior.

Carolina Agranonik | carolina@fee.tche.br
Pesquisadora em Economia da FEE

“Gravidez adolescente”: breves considerações e a situação no RS e no Brasil, em 2014

A adolescência é a fase da vida em que ocorrem intensas transformações em todas as áreas do desenvolvimento humano. Essas mudanças são muito influenciadas pelos contextos socioeconômicos e culturais em que estão inseridos os jovens, revelando uma heterogeneidade muito grande do que é ser adolescente. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), esse é um período da vida que se inicia aos 10 anos e termina aos 19 anos completos, caracterizado, dentre outros aspectos, como uma passagem de um estado de total dependência para o de relativa independência, além de uma evolução dos padrões psicológicos e de maturação sexual.

Para muitos jovens, é nessa fase que ocorre a iniciação da atividade sexual, que, em alguns casos, resulta na “gravidez adolescente”, gestação ocorrida entre mulheres adolescentes (de 10 a 19 anos). Tradicionalmente, esse tema é problematizado especialmente sob três perspectivas: (a) a das políticas públicas, (b) a da saúde e (c) a da reprodução social. Em relação à primeira abordagem, há uma ênfase na importância de programas de planejamento familiar e de educação sexual nas escolas, mas também uma preocupação com o dispêndio e o volume de recursos na assistência pré-natal e nas internações hospitalares. Na perspectiva da saúde, discute-se o alto risco da gravidez adolescente, tanto para as mães quanto para os filhos. Esses riscos, muitas vezes, podem estar associados mais aos determinantes sociais do que a razões biológicas propriamente, especialmente após os 14 anos. À reprodução social associa-se o impacto social da gravidez nessa fase da vida, principalmente entre as adolescentes de baixo poder aquisitivo, o que significaria a perpetuação do ciclo de desinformação e miséria, também ligado à dificuldade de formação escolar da mãe, ou pelo abandono ou pela interrupção de seus estudos. Alguns autores apontam, inclusive, um processo de feminização da pobreza, na medida em que, com baixa escolaridade, a inserção no mercado de trabalho é precarizada, circunscrita basicamente ao nível de subemprego.

Estudos mais recentes, como o de Margareth Aparecida Santini de Almeida, em **Gravidez adolescente: a diversidade das situações** (2002), ressaltam a necessidade de incorporar uma nova perspectiva no entendimento e na avaliação da gravidez na adolescência: a da não homogeneização das experiências. Para tal, é preciso um reconhecimento da complexidade e da diversidade de circunstâncias em que ocorre a gravidez adolescente. Assim, deve-se considerar que as escolhas acontecem dentro de um “campo de possibilidades”, e, em alguns casos, a maternidade na adolescência configura-se como uma possibilidade de mudança de *status*, “seja conjugal, seja o de maioridade social”, conforme aponta Maria Luiza Heilborn em **Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social** (1998), podendo fazer parte, inclusive, de um projeto pessoal para jovens de determinados segmentos sociais. Nesses casos, a gravidez não se configura propriamente em um problema, podendo ser um desejo real da jovem, especialmente quando ocorre no final da adolescência.

Informações extraídas dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014 (PNAD 2014) possibilitam verificar algumas características das adolescentes gaúchas e brasileiras com e sem filho. A análise dos dados para o agregado das adolescentes de 10 a 19 anos revela que, no RS, 4,12% têm filho, enquanto, no Brasil, são 5,80%

do total. A renda familiar *per capita* média das adolescentes gaúchas de 10 a 19 anos com filho é 37,29% inferior em relação às sem filho; no Brasil, esse percentual sobe para 41,17%. É possível observar uma alta representação de negras e pardas entre as adolescentes com filho, tanto no RS como no Brasil. Em relação à educação, percebe-se o impacto negativo sobre a frequência escolar nas adolescentes com filho: mesmo fazendo a proporção para as jovens menores de 17 anos, período em que obrigatoriamente deveriam estar em atendimento escolar, os números impressionam. Das adolescentes com filho, apenas 36,75% estão na escola, no RS, e 30,86% no Brasil. Em relação à proporção de trabalhadoras, 30,18% das adolescentes gaúchas que têm filho trabalham, enquanto das que não têm filho, apenas 19,75% estão trabalhando.

Nos estudos sobre a gravidez adolescente, tanto em termos educacionais como de saúde, reconhece-se a importância de subdividir as faixas etárias, avaliando-se as diferenças entre a gravidez dos 10 aos 14 e a dos 15 aos 19 anos. Através dos microdados da PNAD, porém, detectou-se pouca incidência em faixas reduzidas, não permitindo uma análise robusta do perfil socioeconômico dessas adolescentes. Por outro lado, o número reduzido de casos na amostra indica baixa incidência de gravidez nessa faixa, tanto no RS como no Brasil, o que, numa ótica de saúde e educação especialmente, pode ser interpretado como um resultado positivo. Diante das perspectivas de políticas públicas e de reprodução social, é muito importante verificar as condições em que essas adolescentes se encontram. Os dados mostram que, em linhas gerais, a maternidade na adolescência, no RS e no Brasil, está bastante associada às jovens de renda e de escolaridade mais baixas, confirmando a literatura. Pela ótica da diversidade das experiências ou de sua não homogeneização, os dados da PNAD são insuficientes para qualquer conclusão, tendo em vista a não identificação dos aspectos socio-culturais relacionados à escolha pela gravidez adolescente. Dessa maneira, entende-se que o problema precisa ser analisado multidisciplinarmente, visando à compreensão dos fatores que interferem na ocorrência de uma gravidez na adolescência para, então, ser mediado por políticas públicas e programas que incluam as dimensões educacionais, culturais e de formação profissional, de forma a criar novas alternativas às jovens.

Características das adolescentes de 10 a 19 anos, no RS e no Brasil — 2014

VARIÁVEIS	RS		BRASIL	
	Têm filho	Não têm filho	Têm filho	Não têm filho
Renda familiar <i>per capita</i> média (R\$)	570,14	909,13	412,27	700,84
Proporção de negros e pardos (%)	36,41	24,35	69,08	57,56
Proporção de estudantes (%)	22,24	85,79	20,51	86,25
Proporção de trabalhadoras (%)	30,18	19,75	22,97	14,09
TOTAL	33.476	779.918	950.023	15.417.753

FONTE: PNAD, 2014.

Carina Ribas Furstenau | carina@fee.tche.br
Pesquisadora em Sociologia da FEE

Condições de vida em Porto Alegre

O Índice de Condições de Vida (ICV), divulgado pela Prefeitura de Porto Alegre/ObservaPOA em maio de 2016, retrata a evolução das condições de vida em Porto Alegre, mediante a comparação dos resultados alcançados entre 2000 e 2010. O ICV é composto por 14 indicadores, agrupados em cinco dimensões (Longevidade, Educação, Renda, Infância e Adolescência e Condições Habitacionais), e foi calculado para as 17 Regiões do Orçamento Participativo (ROPs), que englobam 83 bairros da cidade. Conforme o ICV, as 17 ROPs foram classificadas em cinco categorias: até 0,199, péssimo; de 0,200 a 0,399, ruim; de 0,400 a 0,599, regular; de 0,600 a 0,799, bom; de 0,800 a 1, ótimo.

Em 2010, nenhuma das regiões apresentou índices classificados como ruins ou péssimos, e apenas cinco ROPs tiveram nível regular, diferentemente de 2000, quando 11 ROPs apresentavam ICV regular ou ruim. Duas ROPs ficaram no nível ótimo, a Centro (0,898) e a Noroeste (0,826), que concentravam 28,92% da população da cidade em 2010 e que incluem os bairros de maior renda média. Cinco regiões apresentaram índices no nível regular, Cruzeiro, Restinga, Lomba do Pinheiro, Ilhas e Nordeste, onde residiam em torno de 234.000 pessoas (16,60% população). As outras 10 regiões, que concentravam 54,48% da população, registraram índices classificados como bom. No período 2000-10, os maiores avanços no ICV foram nas regiões Ilhas (36,44%) e Nordeste (26,98%), que registravam nível ruim em 2000.

Na dimensão Longevidade, que considera a mortalidade infantil e a esperança de vida ao nascer, em 2010 seis ROPs registraram ICV ótimo. Os melhores índices foram nas regiões Centro (0,952) e Noroeste (0,917); nove ficaram no nível bom, e apenas duas ROPs registram nível regular: Lomba do Pinheiro (0,555) e Nordeste (0,501). Destaca-se que a ROP Ilhas passou do índice 0,393 (ruim) em 2000 para 0,657 (bom) em 2010, sendo que, nessa região, o coeficiente de mortalidade infantil, por 1.000 nascidos vivos, caiu de 19,32 em 2000 para 11,38 em 2010.

Na dimensão Educação, apenas três ROPs registraram índices ótimos (Centro, Noroeste e Sul), seis ficaram no nível bom, e oito no nível regular, com o menor índice na Nordeste (0,471), que se encontrava no nível ruim em 2000.

Na dimensão Renda, destacam-se as ROPs Cruzeiro, Extremo Sul, Leste, Lomba do Pinheiro e Sul, que registraram, concomitantemente, aumento da renda *per capita* média e redução da desigualdade (índice de Gini). Já na região Noroeste, o aumento da renda foi acompanhado de uma maior concentração. No entanto, a dimensão Renda foi a com menores avanços no período 2000-10, já que nenhuma região alcançou o nível ótimo. A ROP Centro, com renda média *per capita* de R\$ 2.945,58 e índice 0,677, permaneceu sendo a única no nível bom, e três regiões, Noroeste (0,546), Sul (0,474) e Cristal (0,421), registraram nível regular. Todas as demais, onde residem 63,20% da população, foram classificadas como ruim. A menor renda média *per capita* foi a da ROP Nordeste, R\$ 469,88.

A dimensão Infância e Adolescência busca captar o acesso de crianças e adolescentes ao capital cultural e simbólico, entendendo que a redução da pobreza no longo prazo depende do desenvolvimento infanto-juvenil nas camadas de menor renda. Em 2010, 24% da população da cidade eram crianças e adolescentes. Essa dimensão apresentou avanços significativos entre 2000 e 2010, porém apenas duas ROPs alcançaram o nível ótimo (Centro e Noroeste). Além disso, 10 regiões ficaram no nível bom, e apenas cinco no nível regular. As três regiões de menor renda (Cruzeiro, Restinga e

Lomba do Pinheiro) permaneceram no nível regular, e as ROPs Ilhas (0,463) e Nordeste (0,479) saíram de ruim para regular.

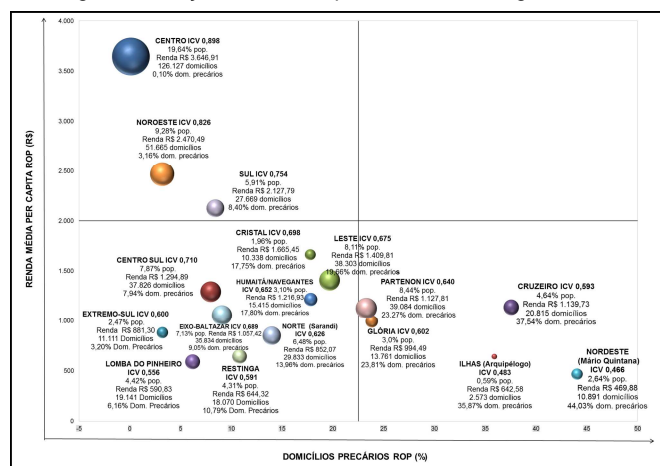
Em termos das condições habitacionais, apesar do avanço nas condições de saneamento (abastecimento de água potável e esgoto adequado), cinco regiões (Centro Sul, Cristal, Glória, Norte e Partenon) registraram decréscimo do ICV em função do aumento das moradias precárias. Na frequência entre os níveis, houve somente a alternância das ROPs. A Leste subiu para o nível ótimo (com nove regiões), e a Partenon caiu para nível bom (com seis regiões), enquanto a Nordeste e a Ilhas permaneceram no nível regular.

Quanto às moradias precárias, entre 2000 e 2010, o acréscimo em Porto Alegre foi de 29,38%, passando a corresponder a 11,01% do total de domicílios em 2010, o dobro do percentual atingido pelo Rio Grande do Sul (5,47%) no período. Cinco ROPs apresentaram percentuais de domicílios precários acima de 20%, que juntos chegavam a em torno de 25.000 moradias inadequadas. Apenas quatro ROPs (Centro, Cristal, Noroeste e Sul) registraram redução nas moradias precárias. As piores variações foram nas regiões: Nordeste, que subiu de 30,14% para 44,03%; Glória, de 10,19% para 23,81%; Partenon, de 10,56% para 23,27%; e Humaitá/Navegantes, de 11,95% para 17,80%.

Destaca-se que, em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) recebeu 54.000 inscritos com renda até três salários mínimos em Porto Alegre. Entre 2010 e 2014, foram entregues 1.948 unidades habitacionais (UH) do MCMV para essa faixa de renda. Até 2013, em torno de 12.000 UH, incluindo a maioria das ROPs, foram contratadas (50% concluídas e 40% entregues) pelo MCMV, porém apenas 26% delas eram voltadas para faixa de menor renda. Entre as ROPs que não haviam recebido nenhuma UH, estavam a Ilhas e a Humaitá/Navegantes, e as com maior número (57,9% do total) eram a Restinga e a Eixo Baltazar.

Assim, o ICV mostra que, apesar de Porto Alegre registrar avanços nas condições de vida da população, no período 2000-10, as condições de renda e habitacionais são aquelas que ainda necessitam de maiores esforços nas ações públicas, com maior direcionamento de recursos para resolução dos problemas da população de baixa renda, que ainda carece de melhores condições de vida.

Renda média *per capita* e percentual de domicílios precários nas Regiões do Orçamento Participativo de Porto Alegre — 2010



FONTE: Prefeitura de Porto Alegre/ObservaPOA, 2016.

Inovação inclusiva: o que é e por que é importante falar nisso?

Parcela dos principais especialistas nos estudos sobre inovação e mudanças tecnológicas vem apontando importantes transformações que, provavelmente, ocorrerão nos próximos anos. Fala-se na aproximação de uma nova revolução tecnológica, talvez, no campo das biotecnologias, das nanotecnologias, da bioeletrônica, das tecnologias “verdes” ou “limpas” (energias renováveis, eficiência energética, etc.), ou de alguma combinação dessas.

Alguns países, nos seus setores público e privado, vêm desenvolvendo pesquisas com o objetivo de “chegar à frente” dos demais e, portanto, aproveitar melhor os benefícios iniciais de um novo sistema tecnológico. As regiões ou nações que almejam tais benefícios devem investir na geração de inovações radicais (alta tecnologia) e, igualmente, na inclusão social e tecnológica de segmentos consideráveis de suas populações. Neste último aspecto, como mostra a história das tecnologias no mundo, há, em geral, juntamente com o surgimento de importantes mudanças tecnológicas, um grau considerável de inclusão social e econômica de pessoas com baixos rendimentos. Isso acontece, basicamente, porque há um aumento do mercado consumidor em função da própria nova tecnologia oferecida via mercado, sendo essa uma condição necessária para o seu sucesso econômico.

Entretanto, diferentemente das grandes mudanças tecnológicas do passado, percebe-se hoje que há toda uma gama de possibilidades de criação de inovações tecnológicas a partir das pessoas comuns, usuárias das mesmas. Nesse sentido, nos últimos 10 anos, alguns pesquisadores das inovações vêm utilizando o conceito de **inovação inclusiva**. As inovações inclusivas são aquelas orientadas para a geração de novos produtos (bens ou serviços) e/ou de processos produtivos para as necessidades de estratos da população de baixa renda, inclusive aqueles com baixa educação formal, e apoiadas por governos, empresas e organizações não governamentais, dentre outras.

Essas inovações podem ser de dois tipos: por **inclusão de produto**, quando os pobres têm acesso a uma inovação sem participar de sua criação; ou por **inclusão em processo**, quando há a participação da comunidade pobre diretamente no projeto e/ou no desenvolvimento de uma inovação.

O primeiro tipo, inclusão de produto, observa-se, por exemplo, no caso da chamada Bici-lavadora desenvolvida por um projeto universitário nos EUA e que consiste em uma máquina de lavar portátil movida a pedal, de baixo custo e não dependente de eletricidade. Inserem-se também nessa categoria os diversos benefícios resultantes do uso de tecnologias de informação e de comunicação. Pode-se, assim, referir o Quênia, com a oferta de telefonia móvel com aplicativos para o desenvolvimento rural, melhorando o acesso à informação (de mercado, clima, pragas, etc.), à extensão rural e às redes de distribuição.

Quanto ao outro tipo, por inclusão em processo, mais complexo e de difícil identificação, há evidências de seu desenvolvimento em algumas ações estatais na China e na Índia. Cabe citar, por exemplo, o apoio à criação de *start-ups* (empresas em nichos específicos de mercado) de agricultores.

Em diversas partes do mundo, pode-se ver um crescente engajamento de diferentes tipos de agentes na promoção das inovações inclusivas: organizações internacionais, como o Banco Mundial e a Organização Para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE); governos nacionais, a

exemplo dos da China e da Índia; e, mesmo, grandes empresas, como a anglo-holandesa Unilever, a indiana Tata e a norte-americana Microsoft. Percebe-se também um aumento do interesse acadêmico nos estudos sobre essas inovações em várias universidades e centros de pesquisa, com o surgimento de grupos de pesquisa, de *workshops* e de números especiais sobre o tema em periódicos científicos.

Os Governos da China e da Índia vêm fomentando verdadeiros sistemas nacionais e regionais de estímulo à inovação e ao desenvolvimento inclusivo por meio de conselhos de inovação, de fundos de inovação inclusiva (com investimentos dos setores público e privado), de *clusters* de inovação (universidades, institutos de pesquisa, agências de desenvolvimento regionais, etc.), dentre outras iniciativas. No setor privado, algumas empresas, sobretudo multinacionais, veem a inovação inclusiva como uma potencial e lucrativa oportunidade de negócios nos próximos anos, principalmente no sentido da criação de produtos para novos mercados consumidores.

No Brasil, esse modelo de inclusão no campo das inovações é pouco utilizado, e não há uma política sistemática e abrangente, como na China e na Índia, que indique algum avanço significativo no curto prazo. Apesar disso, existem algumas ações, pontuais, é verdade, que devem ser saudadas e ampliadas. É o caso do Banco de Tecnologias Sociais, uma base de dados que reúne experiências de tecnologias sociais (produtos, técnicas e metodologias) desenvolvidas por comunidades espalhadas pelo País, iniciativa esta sustentada pela Fundação Banco do Brasil.

Dentro dessa temática, alguns estudiosos apontam uma gama de possibilidades de desenvolvimento inclusivo nas cidades e no campo, o que se vem chamando de empreendedorismo emergente. Esses empreendimentos apresentam-se nos lugares mais improváveis, como nas favelas, a partir de experimentações inovadoras de negócios e de soluções aos problemas locais. Tais fenômenos são observados em cidades de países mais avançados econômica e tecnologicamente — como Londres e Paris — e naquelas de nações menos desenvolvidas — como Mumbai, Rio de Janeiro e Nairóbi. Pequenos negócios de produção têxtil, gastronomia e serviços dos mais variados e inéditos representam alguns dos segmentos em expansão.

Assim, a perspectiva das inovações inclusivas em empreendimentos nas regiões pobres do Brasil, tanto no campo como na cidade, abre um grande leque de possibilidades de desenvolvimento econômico e social. Nessa direção, o Rio Grande do Sul poderia aproveitar as oportunidades locais. Contudo, tais possibilidades dependem de diversos fatores, tanto no nível estadual quanto no nacional. Entre os principais, está a valorização da ciência e da tecnologia por meio das universidades e das instituições de pesquisa, com envolvimento de empresas e da sociedade em geral, além, é óbvio, do papel do Estado (nacional e gaúcho) como promotor e executor de ações e de infraestruturas necessárias para a efetivação dos processos de inovações técnicas e inclusivas. Em tudo isso, ressalta-se um atributo muito próprio das regiões mais inovadoras no mundo, o estímulo à criatividade em todos os estratos da sociedade.

Iván G. Peyré Tartaruga | ivan@fee.tche.br
Pesquisador em Geografia da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — nov./15-abr./16

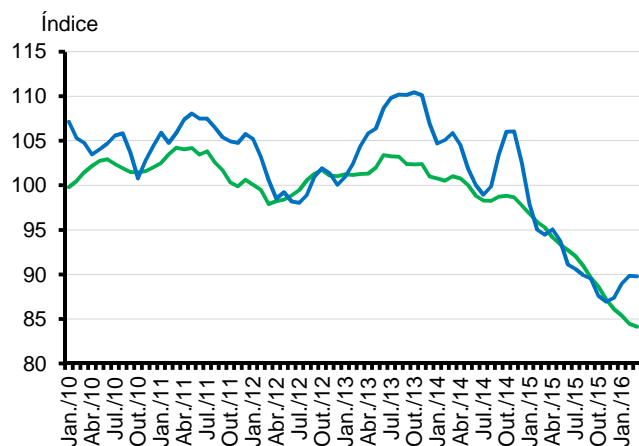
MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Nov./15	1,01	9,62	10,48	1,52	10,01	10,69
Dez./15	0,96	10,67	10,67	0,49	10,54	10,54
Jan./16	1,27	1,27	10,71	1,14	1,14	10,96
Fev./16	0,90	2,18	10,36	1,29	2,44	12,09
Mar./16	0,43	2,62	9,39	0,51	2,97	11,57
Abr./16	0,61	3,25	9,28	0,33	3,31	10,64

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-mar./16



Legenda: — Brasil — RS

FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

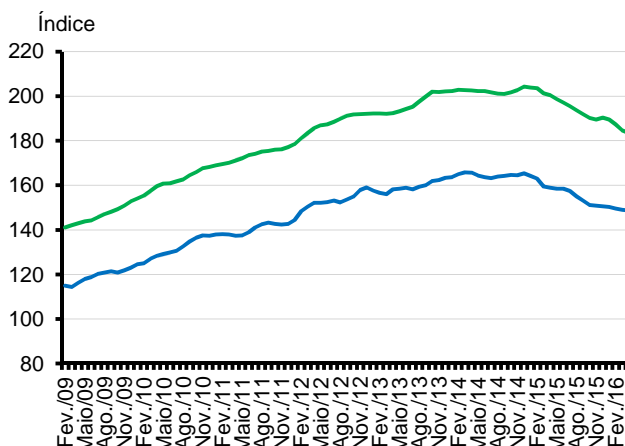
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.

3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-mar./16



Legenda: — Brasil — RS

FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia do Brasil — nov./15-abr./16

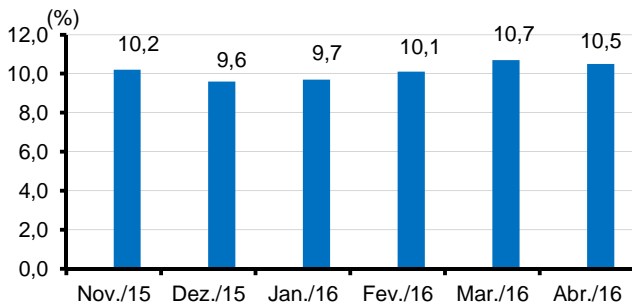
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Nov./15	Dez./15	Jan./16	Fev./16	Mar./16	Abr./16		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	3,78	3,87	4,05	3,97	3,70	3,57	3,82	3,64
Taxa de câmbio efetiva real (3)	121,0	120,6	120,7	117,7	110,9	107,7	114,2	115,9
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,12
Superávit primário (% do PIB)	3,87	13,90	-5,77	4,74	2,03	-1,99	-0,22	2,33
Balança comercial (US\$ milhões) (5)	941	6.068	643	2.898	4.255	4.647	12.443	35.612
Exportações (US\$ milhões) (5)	13.724	16.685	11.135	13.317	15.922	15.302	25.796	218.937
Importações (US\$ milhões) (5)	12.784	10.617	10.492	10.419	11.668	10.655	-31.812	-222.715
Transações correntes (US\$ milhões) (5)	-2.948	-2.443	-4.817	-1.904	-857	412	-7.166	-34.127

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês. (5) Dados divulgados segundo a nova metodologia do IBGE.

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no
Rio Grande do Sul — nov./15-abr./16



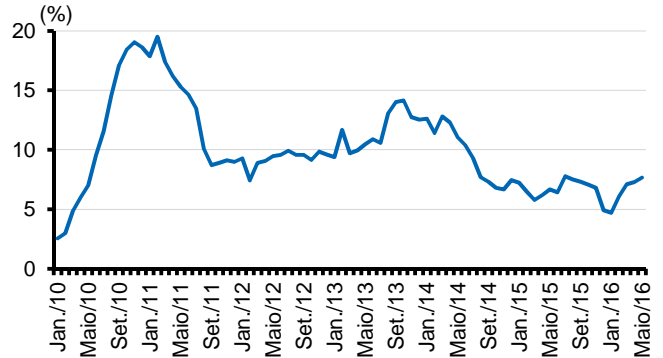
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, Seade, Dieese e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. A partir de julho de 2014 o Dieese interrompeu a divulgação da taxa brasileira.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS
no Rio Grande do Sul — jan./10-maio/16



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

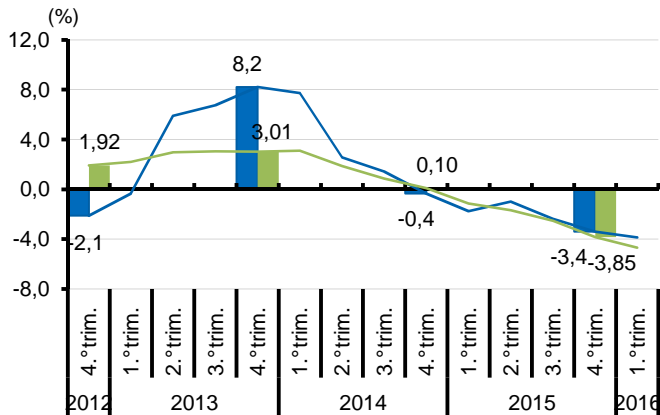
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — nov./15-abr./16

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Nov./15	16.404	174.345	9,4	-5,4	-16,0	18,1	8,9	-19,2	-22,5
Dez./15	17.518	191.127	9,2	-6,3	-15,1	17,3	9,9	-19,6	-22,4
Jan./16	811	11.245	7,2	-16,1	-17,9	0,8	3,5	-16,8	-20,7
Fev./16	1.669	24.592	6,8	-9,3	-4,7	8,8	19,0	-16,6	-19,8
Mar./16	2.809	40.585	6,9	-9,2	-5,1	10,7	18,3	-17,7	-19,7
Abr./16	4.121	55.959	7,4	-13,1	-3,4	3,6	18,1	-16,1	-18,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres,
no Rio Grande do Sul — 4.º trim./12-1.º trim./16



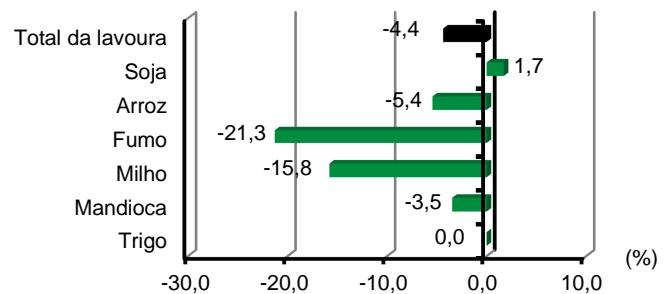
Legenda:

■ PIB do RS
■ PIB do Brasil
— PIB trimestral do RS
— PIB trimestral do Brasil

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIES/NCR.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais
culturas no Rio Grande do Sul — maio/16



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIES/NDEC.

Os árduos caminhos do crescimento sustentado

Embora os últimos governos tenham tentado lançar as bases de um crescimento econômico sustentado, esse horizonte parece cada vez mais distante. De um lado, porque parte da política econômica e parte das perspectivas de ampliação dos investimentos permaneceram excessivamente atreladas à orientação do capital internacional. De outro, porque os programas voltados para o reforço da dinâmica endógena, além de encerrarem importantes conflitos internos, não encontraram sustentáculo político-institucional.

No que se refere ao primeiro ponto, o Brasil vem afirmando, nas últimas décadas, uma inserção internacional com forte participação da exportação de *commodities* minerais e agrícolas. Tal especialização está alinhada com as novas tendências internacionais dos investimentos diretos do exterior (IDE), caracterizando um “modelo” que é chamado por muitos especialistas de *especialização regressiva*. Essa dinâmica gera pelo menos dois grupos de problemas. O primeiro decorre dos já verificados efeitos da destruição ambiental e da ampliação dos conflitos no campo. O segundo está relacionado à excessiva dependência da economia brasileira das oscilações internacionais dos preços desses produtos. O apoio aos IDEs aparece nos relatórios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Isso não se restringe apenas aos financiamentos concedidos às grandes empresas internacionais, mas através de vários programas voltados para a implantação de infraestrutura visando à expansão das atividades de mineração e de agricultura extensiva. Essas ações estão configuradas sobretudo em alguns pontos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 e ampliado em 2014.

Outro conjunto de programas buscou reforçar os elementos endógenos da economia dentro de uma estratégia de crescimento sustentado. É o caso da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) (2003), da Política de Desenvolvimento Industrial (2010) e do Plano Brasil Maior (2011). Todos apresentaram como pontos comuns metas destinadas a ampliar os investimentos governamentais e privados, expandir as despesas em desenvolvimento tecnológico para difundir inovações sobre o tecido industrial brasileiro e qualificar as exportações. O Plano Brasil Maior, por exemplo, definiu metas de ampliação da participação dos investimentos de 18,4% para 22,4% e dos gastos em pesquisa e desenvolvimento de 0,59% para 0,9%, ambos com relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Também buscou ampliar a participação dos segmentos de alta e média tecnologias sobre o valor da transformação industrial. Nesse sentido, também se insere o Inovar Auto (2012-13), destinado à inovação tecnológica e ao adensamento da cadeia produtiva de veículos automotores.

O terceiro conjunto de medidas destinou-se a elevar o consumo doméstico e baseou-se tanto em melhorar as condições de crédito e gerar isenções fiscais favoráveis ao consumo quanto na manutenção do poder de compra do salário mínimo e em políticas sociais específicas. A ampliação do consumo interno, no entanto, começou a perder fôlego devido ao recrudescimento do desemprego e aos limites impostos pelo equilíbrio fiscal.

É importante observar que todos os planos arrolados se basearam, em boa parte, na ampliação das exportações,

concentradas, por sua vez, em *commodities*, gerando um círculo vicioso difícil de romper. A falta de uma base político-institucional capaz de apoiar algumas decisões econômicas mais polêmicas está bem ilustrada pelas controvérsias decorrentes da descoberta das reservas de Pré-Sal (2006). A implantação de um sistema de partilha (Lei 12.351/2010), que estabeleceu o Governo brasileiro como principal proprietário do petróleo extraído, e não mais a empresa que executava a extração, dificultou ainda mais as negociações do Governo com o Parlamento, porque se ampliou o interesse dos grandes grupos internacionais sobre a Petrobrás. Outros pontos também geraram disputas de difícil superação, como é o caso da legislação relativa à preservação ambiental e à manutenção dos direitos trabalhistas, diretamente relacionada à expansão da produção de *commodities*.

Em que pese às variações conjunturais da atividade produtiva, a definição de linhas básicas para a retomada do crescimento econômico, com uma relativa estabilidade, depende da recuperação e do foco dos investimentos. Na prática, continuaram dominando os investimentos orientados pelas tendências do mercado mundial. De fato, a indústria de transformação, após a queda consequente da crise internacional de 2008, manteve-se praticamente estagnada, caindo nitidamente após 2013, juntamente com o emprego. Já a extração mineral, à exceção do último trimestre de 2015, vem crescendo de forma regular. Os investimentos, por sua vez, estão em queda desde 2014.

Sinteticamente, pode-se afirmar que seria necessária a implantação de políticas públicas que, mesmo mantendo a exportação de *commodities* para garantir o superávit comercial, fundamentassem a qualificação e a ampliação do investimento produtivo. Um dos elementos-chave para a geração de uma base endógena para o crescimento sustentado relaciona-se ao estímulo às relações intersetoriais. O reforço de uma dinâmica de crescimento, baseada em variáveis internas e internalizadas, repousa sobre a dinamização dos setores de bens de capital e intermediários de média e alta intensidades tecnológicas. Somente com a inovação desses segmentos e com a ampliação de sua demanda interna seria possível estabelecer um contraponto às constantes oscilações do crescimento econômico.

Tendo em vista a atual correlação de forças do Parlamento brasileiro, bem como a nova orientação do executivo, é previsível que a orientação dos investimentos e das exportações, ainda que se ampliem, aprofunde sua dependência dos rumos dos IDEs. A Petrobrás, que está à frente de uma grande cadeia de fornecedores internos, com qualificação tecnológica e geradores de empregos qualificados, corre o risco de ser internacionalizada. Ademais, deve dominar o comércio bilateral, com a valorização do Tratado Transpacífico (TTP) e consequente perda de importância do Mercado Comum do Sul (Mercosul). O Parlamento, por seu turno, poderá aprovar as propostas de liberalização do controle ambiental e de flexibilização do trabalho. Finalmente, a recente aprovação da proposta orçamentária para 2016 poderá repercutir negativamente sobre a demanda interna.

Clarisse Chiappini Castilhos | castilhos@fee.tche.br
Pesquisadora em Economia da FEE

Uma ponte para o futuro: o que está por vir?

Após a posse do governo provisório, ainda pairam dúvidas sobre quais rumos a economia brasileira vai tomar nos próximos meses, na medida em que a retomada do crescimento econômico ainda não se tornou realidade. Com esse propósito, é mister fazer a leitura crítica e a análise de **Uma ponte para o futuro**, programa de governo do PMDB lançado ainda em outubro de 2015, quando o partido ainda era integrante da base aliada de Dilma Rousseff.

O argumento do documento é cristalino: a crise econômica pela qual passa o País se justificaria em função do descontrole das contas públicas, cuja origem seria o expansionismo fiscal do Governo Federal. Assim, não haveria outra solução que não uma reforma do Estado, de modo a limitar seus mecanismos de despesa, já que os dispositivos constitucionais do País deixariam restritos os meios de contenção de gastos ao Governo, tornando vitais algumas mudanças para elevar a discricionariedade do orçamento público.

Nessa perspectiva, os contingenciamentos feitos a partir de 2015 teriam sido necessários, mas não permitiram ao Governo equilibrar as contas públicas, pois versavam sobre uma parcela menor do orçamento. Para resolver a questão, então, seria preciso reduzir obrigações e vinculações constitucionais, as quais engessariam os dispêndios da União em um patamar considerado muito superior.

Embora o texto alegue que as discussões sobre o tamanho do Estado já estariam superadas, fica explícito que seu objetivo é reduzir as funções estatais, vistas como fonte de desequilíbrio fiscal, cujos efeitos seriam inevitáveis: “o aumento da inflação, juros muito altos, incertezas sobre a evolução da economia, impostos elevados, pressão cambial e retração do investimento privado”. Em seguida, o artigo assevera que, na origem do descontrole das contas, estariam alguns preceitos da Constituição Federal, que entronizaria o crescimento automático das despesas a despeito da existência, ou não, de receitas. Como exemplo máximo desse fenômeno, aponta-se a Previdência Social, cujos benefícios são tidos como constitucionais, mesmo em um cenário de transformações demográficas.

Assim como os benefícios previdenciários, também é alvo de críticas a gestão orçamentária do País, dada a natureza autorizativa e não impositiva do erário brasileiro. O atual sistema facultaria ao Governo a execução do orçamento aprovado pelo Congresso Nacional, dando-lhe poder de barganha e capacidade de pressão sobre os congressistas, que cederiam para ver suas emendas aplicadas. Esse sistema, então, privilegiaria o Executivo em relação ao Legislativo, algo que é visto com desgosto pelo PMDB. Da mesma maneira, os programas sociais, tal como existem hoje, são contestados, visto que sua continuação não seria sujeita a critérios de qualidade, mas, sim, a conveniências políticas.

Destarte, sugerem-se cinco soluções para reorientar a sistemática orçamentária: fim de todas as vinculações constitucionais; adoção de um orçamento inteiramente impositivo, obrigando o Governo a executar a peça orçada sem ressalvas arbitrárias, a menos em caso de frustração de receitas; criação de um “orçamento com base zero”, que reavalie anualmente todos os programas sociais por um comitê independente; aprovação de uma lei complementar de responsabilidade orçamentária que trate o equilíbrio fiscal de longo prazo como princípio constitucional da administração pública; e estabelecimento de uma autoridade orçamentária com prerogativas para avaliar programas públicos, analisar receitas e despesas e acompanhar a ordem constitucional, de forma a priorizar o equilíbrio fiscal.

Ademais, em relação à Previdência Social, seria inadiável a fixação de uma idade mínima de aposentadoria, bem como a eliminação de toda a indexação dos benefícios ao salário mínimo, salvaguardado seu poder de compra. Este, por sua vez, não deveria ser reajustado automaticamente, pois a indexação das rendas causaria uma “[...] injusta transferência de renda, na maioria das vezes prejudicando as camadas mais pobres da sociedade”. Caberia ao Congresso, logo, arbitrar e dispor sobre o tema.

A elevada taxa de juros praticada pelo Banco Central desde a adoção do Plano Real também é reputada como fonte de dispêndios significativos, além de ser um peso para os investimentos produtivos. Nesse tópico, não obstante, considera-se impensável lançar mão de voluntarismos, os quais seriam “caminho certo para o desastre”. Além disso, embora ressalte que a expressiva proporção das Letras Financeiras do Tesouro e das operações compromissadas de curtíssimo prazo acarrete custos demasiados para o manejo da dívida pública, são consideradas imprudentes mudanças imediatas nas regras de gestão dos títulos públicos.

Findas as ponderações sobre a matéria fiscal, o documento aborda medidas para se retomar o crescimento econômico. Em sua perspectiva, o bom desempenho dos anos 2000 — calcado na expansão do consumo e em um cenário externo favorável — já não seria mais possível, tornando urgentes reformas que visem ao aumento da competitividade. Nesse sentido, seria crucial elevar o espaço da iniciativa privada na economia, força-motriz única da expansão, por meio de privatizações, concessões, desregulações e alterações institucionais. Na prática, tenciona-se a racionalização dos tributos, a abertura comercial e a flexibilização das leis trabalhistas, de acordo com o princípio de que o negociado suplanta o legislado, o que, em um contexto de recrudescimento do desemprego e de perda de benefícios sociais, amplificaria os meios de barganha do empresariado, dada a redução de seus custos.

Desde a divulgação do texto, e antes mesmo da posse do novo governo, as declarações de sua equipe sinalizaram que as diretrizes da **Ponte para o futuro** seriam mantidas, com ajustes pontuais e novas sugestões. Destaca-se, nesse sentido, a intenção declarada de cancelar financiamentos do Minha Casa Minha Vida e de sustar bolsas do Programa Universidade Para Todos (Prouni), do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Da mesma forma, há o interesse em esvaziar as funções do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para reduzir os recursos financeiros captados junto ao Tesouro Nacional, até recuperar somas passadas, assim como abrir o capital dos Correios e da Casa da Moeda. Por fim, em linha com seu programa, o governo interino já traça caminhos para introduzir uma idade mínima de 65 anos na Previdência Social para homens e mulheres e impossibilitar vinculações ao salário mínimo, além de elaborar uma reforma trabalhista com o fito de reduzir custos para os empregadores.

Ricardo F. Leães | ricardo.leaes@fee.tche.br
Pesquisador em Relações Internacionais da FEE

Todos perderam com a recessão em 2015?

Nas avaliações sobre a política econômica praticada em 2015 têm predominado aspectos de natureza subjetiva, relacionados ao fracasso do Governo em reconquistar a assim chamada “confiança”. Ainda que esse tom negativo prevaleça, diversas variantes do argumento podem ser identificadas: alguns dirão que nem se fez o ajuste prometido, outros que este não funcionou para reduzir a taxa de inflação ou para retomar o investimento. Não surpreende que “conceito” tão genérico quanto a “confiança” apareça associado tão livremente a variados indicadores ou que assuma sortidas funções na lógica econômica, ao gosto do analista da vez. Mais interessante é o fato de que as análises empreendidas nessa base sejam raramente perturbadas por avaliações mais objetivas sobre os efeitos da orientação de política econômica adotada.

Ainda assim, sobrevivem, mesmo nos grandes jornais, elementos para um enfoque distinto. Entrevistado pelo jornal **Estado de São Paulo** em janeiro de 2015, o economista Luís Carlos Mendonça de Barros diagnosticou um fortalecimento do poder de negociação dos sindicatos, o que tornava a situação “dramática” porque os reajustes salariais e os ganhos sociais pressionavam os custos das empresas. Nessa perspectiva, o então Ministro Joaquim Levy estaria a caminho de “gerar algum desemprego” e levar os sindicatos a negociar em termos “mais razoáveis”. O mesmo jornal **Estado de São Paulo** divulgou, em dezembro de 2014, estudo coordenado pelos economistas Carlos Antonio Rocca e Lauro Modesto Santos Junior. Considerando amostra ampla e representativa de empresas de capital aberto, além das maiores empresas de capital fechado, o estudo constatou redução das margens de lucro entre 2011 e 2013, em função de aumentos de custos não plenamente repassados aos preços. Especificamente na indústria, o crescimento dos salários acima da produtividade explicaria o aumento dos custos, enquanto a taxa de câmbio valorizada foi apontada como elemento limitador do repasse aos preços.

A partir dessas insuspeitas observações, podem-se analisar como foram, efetivamente, as interações entre taxa de câmbio, margens de lucro e salários ao longo do ano de 2015. A taxa nominal de câmbio desvalorizou-se cerca de 47% ao longo do ano. Em conjunto com o ritmo de crescimento dos salários nominais e com alguns relevantes realinhamentos de tarifas e preços administrados, isso resultou em taxa de inflação de 10,7% no ano, quatro pontos percentuais superior à inflação de 2014. Ainda que tenha sido uma elevação significativa da taxa de inflação, seu nível foi bem inferior à variação do câmbio nominal, implicando em expressiva desvalorização real do câmbio. No mercado de trabalho, houve, efetivamente, significativa elevação da taxa de desemprego, por consequência da recessão na demanda agregada e na produção. De acordo com o levantamento anual do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre as negociações salariais de 2015, tal contexto contribuiu decisivamente para que o resultado tenha sido o mais desfavorável aos assalariados desde 2004. Ainda que, nessas negociações salariais, muitas categorias ainda tenham obtido reposição igual ou acima da inflação, os dados mostram expressiva redução do rendimento médio real. Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), por exemplo, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), da

Fundação de Economia e Estatística (FEE), registrou queda de 7,5% na renda média dos ocupados, no ano.

Assim, se uma taxa de câmbio valorizada constitui obstáculo para que as empresas consigam repassar aos preços os aumentos de custos salariais, reduzindo, desse modo, as margens de lucro, como se poderia descrever essa dinâmica, quando, ao contrário, o câmbio se desvaloriza e os rendimentos reais do trabalho caem? Em primeiro lugar, é preciso observar que a desvalorização nominal do câmbio eleva os preços em moeda doméstica dos bens comercializáveis. Isso determina elevação dos custos com insumos importados, de um lado, mas, de outro, também permite que os produtores de comercializáveis transacionados no mercado interno pratiquem preços mais altos, sem risco de perder mercado para produtores estrangeiros. Se os demais custos não registrarem crescimento equivalente em termos nominais, há espaço para elevação da margem de lucro dos produtos comercializáveis.

Tal movimento foi um tanto evidente no caso das atividades exportadoras em 2015, exceção feita à indústria extrativa. Relatório da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) mostra que, apesar da queda de muitos preços em dólares, as receitas em moeda doméstica das exportações na indústria de transformação e nos setores não industriais cresceram mais do que os custos, resultando em elevação dos índices de rentabilidade. Tendo havido, ao longo do ano, reajustes significativos de preços administrados, o menor crescimento dos custos parece dever-se em grande medida à desaceleração do crescimento dos salários nominais que, em muitos casos, não compensou a taxa de inflação. O câmbio real desvalorizado deve ter proporcionado, desse modo, elevação de margens de lucros não só para os exportadores, mas para os produtores de bens comercializáveis em geral, com o peso do ajuste recaindo sobre os salários reais. Esses argumentos não se aplicam, em princípio, aos setores não comercializáveis, cujo limite de preço interno não está sujeito às variações cambiais. Mas houve também, ao longo do ano, expressiva elevação da taxa real de juros, sinalizando aumento do custo de oportunidade do capital, adotado como piso para a rentabilidade de todos os setores, inclusive os não comercializáveis. Não surpreende, portanto, que, considerando as cinco maiores instituições bancárias, não houve redução dos lucros líquidos e, com exceção da Caixa Econômica Federal, tenha havido elevação dos indicadores de rentabilidade sobre o patrimônio líquido.

Desse modo, se a política econômica adotada em 2015 for avaliada enquanto modo de elevar a rentabilidade da produção dos bens comercializáveis, evitando reduzir a dos não comercializáveis, pode ser considerada de modo geral bem-sucedida. Sob essa ótica, o aprofundamento da recessão e a elevação do desemprego deixam de ser manifestações do suposto fracasso em retomar a “confiança”. Alternativamente, seriam pré-condição para reduzir a resistência dos salários reais à queda e garantir que a aceleração da inflação não fosse tão intensa a ponto de reverter a desvalorização real do câmbio e o aumento da rentabilidade dos comercializáveis.

Fernando Maccari Lara | fernando@fee.tche.br
Pesquisador em Economia da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 08.06.16).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes

Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial: Martinho Roberto Lazzari (Editor), Bruno Paim, Iracema Keila Castelo Branco, Jefferson Augusto Colombo, Marcos Vinício Winck Junior e Vancler Zanin

Núcleo de Dados: Renan Xavier Cortes (Coord.) e Pedro Kanopf Oliveira

Revisão e editoração: Mateus da Rosa Pereira e Susana Kerschner

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee Site: www.fee.rs.gov.br